

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA: GÊNERO E RAÇA NO ENSINO SUPERIOR

Carina Silva de Carvalho Oliveira¹
Julie Sarah Lourau Alves da Silva²

Resumo: *O presente estudo é resultado de uma pesquisa elaborada no ano de 2014 para conclusão do curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA³, e teve como proposta analisar a política de ações afirmativas na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, na Bahia, optando por um recorte de gênero e raça, utilizando como instrumento o grupo focal e análise do discurso. Desta forma, buscou-se identificar os impactos no acesso e permanência das mulheres negras no ensino superior. O estudo apresentado baseia-se numa pesquisa empírica, para tanto se fez necessário uma ampla revisão de literatura, acompanhada de pesquisa de campo. As mudanças no sistema de ensino superior no país mostram a relevância desta pesquisa, haja vista que apesar dos avanços sabe-se que as cotas estão longe de ser a solução para inserção da mulher negra na universidade, todavia, a implantação delas torna-se um instrumento de democratização e busca por igualdade, principalmente num espaço historicamente construído para a elite, a Universidade no Brasil.*

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Gênero. Raça. UEFS.

1.1 Introdução

As ações afirmativas para além da promoção do ingresso de uma população específica na universidade estimula o debate sobre a questão racial que, no Brasil chega com mais de um século de atraso, questionando desta forma, a falta de diversidade em instituições de ensino superior e as consequências advindas do passado escravo e excludente, tanto para negras (os) quanto para índias (os), num país marcado pela ausência de políticas públicas pós-abolição, acirrando as desigualdades. No Brasil o debate sobre a política de ações afirmativas provocou

¹ Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Graduada em Serviço Social pela Universidade Tiradentes. Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pelo NEIM/UFBA, Especialista em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UNB). Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania da UCSal. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Violência e Saúde-NIEVS/UEFS. E-mail: carinauefs@gmail.com-Autora

² Orientadora. Pós-Doc CAPES/PNPD no Mestrado de Políticas Públicas e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Doutora em Antropologia Social e Etnologia da École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) e Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vice líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Violências, Democracia, Controle Social e Cidadania da UCSAL.

³ A pesquisa foi desenvolvida entre 2013 e 2014, tendo como orientadora a Professora Dra. Antonia dos Santos Garcia, Socióloga, doutora em Planejamento Urbano e Regional/IPPUR/UFRJ e pesquisadora do CNPq.

grandes discussões e a partir desses debates o mito da democracia racial foi posto em cheque exigindo que a sociedade brasileira se desnudasse.

O interesse pela pesquisa em voga surge em virtude da vivência profissional na UEFS. Como assistente social desta universidade e como membro da Comissão de Ações Afirmativas, percebo que existem lacunas no que tange ao estudo sobre o acesso da mulher negra cotista. O Sistema de cotas implantado na Universidade Estadual de Feira de Santana, desde o semestre letivo de 2007.1 reserva 50% de suas vagas em todos os cursos para alunas (os) oriundas (os) de escola pública e, dentre essas, 80% para negras (os), além de duas vagas extras por curso destinadas a indígenas e quilombolas. Essa medida visa atender a reivindicação dos movimentos sociais organizados, mais precisamente o movimento negro organizado em Feira de Santana, conforme dados descritos no documento da Comissão de Acesso Permanência da Universidade Estadual de Feira de Santana⁴ a seguir:

Em agosto de 2003, por reivindicação do movimento negro organizado de Feira de Santana, a UEFS foi provocada a debater políticas de ações afirmativas para negras e negros. Foi exigida a inclusão na inscrição para os processos seletivos desta universidade o quesito raça/cor, para o levantamento do perfil racial dos estudantes e a posterior adoção de políticas de ação afirmativa. O resultado desse levantamento apontou aquilo que há tempos o movimento negro já denunciara: Segundo dados da própria UEFS, era notória a sub-representação de afro-brasileiros estudantes de escola pública entre os cursos considerados de alto prestígio social. (UEFS, 2009, p. 7).

Diante do que fora acima exposto percebe-se que a criação de reserva de vagas para negros, índios e estudantes de escolas públicas possibilitou o acesso no ensino superior para aqueles que foram excluídos historicamente das universidades, haja vista esse direito no país foi gestado para atender as classes mais favorecidas, deixando a margem a maioria da população. Os dados da Comissão de Ações Afirmativas da Universidade Estadual de Feira de Santana demonstram que a reserva de vagas para alunos de escola pública é mais disputada nos cursos considerados de elite.

A igualdade é entendida por muitos que são contrários à política de ações afirmativas como uma posição rígida legitimada através da Constituição de 1988, que diz em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei. Contudo aqueles que defendem as ações afirmativas acreditam que só haveria igualdade se todos indistintamente tivessem as mesmas condições. Enquanto houver discriminação e preconceito os indivíduos não serão avaliados com os mesmos critérios.

1.2 Campo de Investigação

A presente pesquisa teve como lócus a Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, no Estado da Bahia. O grupo focal ocorreu numa sala de reunião da própria instituição.

1.3 Participantes, o Instrumento de Coleta e sua Aplicação

A seleção das participantes foi realizada a partir da lista das estudantes da residência universitária tradicional da UEFS. A relação foi composta por 5 (cinco) mulheres, que tiveram

⁴ A Comissão de acesso e permanência da Universidade Estadual de Feira de Santana foi instituída em abril de 2007. Atualmente é chamada de Comissão de Ações Afirmativas.

acesso ao ensino superior através do sistema de cotas da universidade, que tiveram seus nomes modificados para que fosse mantido o sigilo das informações prestadas. Utilizei como instrumento de coleta de dados um grupo focal, com as seguintes questões norteadoras, das quais decorreram do objetivo geral e os específicos da pesquisa:

- Já sofreu algum tipo de discriminação racial?
- Já sofreu alguma discriminação como mulher?
- Em sua opinião políticas públicas com recorte de raça/etnia contribui para a redução das desigualdades raciais?
- O que acha das Políticas de Ações Afirmativas?
- Já sofreu algum tipo de discriminação por professoras/es, colegas ou funcionárias/os da UEFS por ser cotista?
- Quais fatores influenciaram para a escolha do curso?
- O que acha da política de acesso e permanência desta universidade?

Segundo Morgan e Krueger *apud* Gatt, (2005, p.7) o grupo focal tem como “objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações de um modo que não seria possível com outros métodos.” Ainda de acordo com Gatt, o grupo focal é uma “técnica de levantamento de dados muito rica para capturar formas de linguagem, expressões e tipos de comentários de determinado segmento, o que pode ser fundamental para a realização de estudos posteriores mais amplos”. Com efeito, por ser uma técnica excepcional de comunicação, o instrumento em questão será utilizado nesta pesquisa por ser uma ferramenta facilitadora do acesso aos conteúdos das representações sociais elaboradas pelos estudantes no seu cotidiano.

O grupo focal ocorreu em um espaço dentro da UEFS, mais precisamente na sala de reuniões da Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário-UNDEC, entretanto, foi garantido neutralidade das informações, ou seja, tudo foi feito para que as pessoas entrevistadas estivessem livres de interferências. Foi utilizado um gravador para as gravações em áudio com o objetivo de coletar todas as falas e possibilitar o máximo de fidelidade e idoneidade na reprodução do material. A duração do grupo foi de uma hora e vinte quatro minutos e ocorreu em uma única sessão. Como instrumento de análise fora utilizada a técnica de Análise de Discurso. Essa técnica nos permite descobrir a origem dos discursos, as categorias e suas variáveis, bem como perceber os conflitos e consensos criados pessoas que fazem parte do grupo que serão estudadas. Permite-nos desta forma, observar os dados de forma mais ampla para que se possa categorizá-los. Segundo Franco (2008, p.12), “o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal, (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Para analisar os conteúdos apreendidos pelo grupo focal foi elaborado um plano de pesquisa. Neste estudo, a discussão da Análise de Discurso será desenvolvida à luz da Teoria das Representações Sociais.

2 O Grupo Focal e Análise de Discurso

O delineamento metodológico do trabalho científico descreve a forma como pesquisadoras (es) irão tratar o sujeito-objeto da pesquisa, os instrumentos que serão utilizados para a coleta de dados, bem como a escolha do aporte teórico metodológico que fundamentará do seu objeto de estudo. A maneira como se observa o material na análise do discurso envolve a

apreensão de alguns conceitos desenvolvidos por seus teóricos. Entre esses conceitos, o principal é o texto, que é tido como unidade de análise. Para Fiorin (2000:93), o texto é o resultado da manifestação de um conteúdo (discurso) por meio de um plano de expressão qualquer. O mais importante na análise do discurso é compreender o que significa o texto na filiação discursiva.

Ainda de acordo com Fiorin (2000:93), há dois tipos de texto para análise do discurso: os figurativos, que cria uma realidade para representar o mundo possuindo uma função descritiva (representativa), e aqueles conhecidos como temáticos, que procuram explicar a realidade, classificando-a, ordenando-a e estabelecendo relações de dependências, a fim de interpretá-la. Ao se analisar um texto figurativo, deve-se descobrir o tema subjacente às figuras adotadas para que elas tenham sentido. O tema, por sua vez, reveste o esquema narrativo. Para o autor, o nível dos temas e das figuras constitui um local privilegiado de manifestação da ideologia, que pode ser percebida em sua completude mediante a análise de vários discursos que tratam de um mesmo tema de maneiras distintas. Esse tema ampliado e apreendido retrata uma configuração discursiva. Cada etapa da análise do discurso deve seguir uma ordem, permitindo ao pesquisador atingir seus objetivos.

Para este trabalho lançou-se mão da análise do discurso por acreditar ser esse o melhor instrumento de verificação para tal empreendimento. É mister ressaltar a lacuna que existe em pesquisas com recorte em gênero e raça, o que torna relevante esse trabalho. Claudia Pons (2013), no seu estudo sobre a trajetória de mulheres negras na diáspora, em artigo publicado no livro *Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade no Brasil e na França*, afirma que:

As histórias das mulheres negras na sociedade brasileira ainda estão, em sua grande totalidade, por serem resgatadas, escritas e divulgadas. São histórias de insurgência aos poderes estabelecidos, processos, na maioria das vezes, ainda ocultos, que somente investigações comprometidas com a descolonização do feminismo podem tirar do esquecimento histórico (PONS 2013:21).

Considerando-se que usamos neste estudo a mesma metodologia e interesse na questão racial e de gênero, este estudo contribui com nossa temática. Inicialmente o foi explicado às pessoas entrevistadas a finalidade da pesquisa e também foi pedido para que cada estudante preenchesse algumas informações no roteiro de pesquisa. Posteriormente inicia-se o grupo com a mediadora fazendo o primeiro questionamento ao grupo. Os nomes das estudantes foram modificados, utilizando os nomes dos cursos de cada uma como pseudônimos.

Ainda segundo Claudia Pons, sobre as estratégias de resistência das mulheres negras, aduz:

O movimento de mulheres negras surge, portanto, como estratégia, com um formato adequado para fortalecer e intensificar a mobilização, reflexão e ação para a superação das desigualdades raciais, de gênero, de classe e de sexualidade na sociedade brasileira. Na verdade é um movimento plural de enfrentamento ao racismo e sexismo, formado por diferentes entidades e mulheres. As entidades criadas e desenvolvidas pelas mulheres negras constituem estratégias de resistência para confrontar as desigualdades vigentes na sociedade. São espaços seguros para o exercício do protagonismo coletivo, para a autodefinição do grupo e o desenvolvimento do projeto de empoderamento das mulheres. (Pons 2013: 20).

Sobre as desigualdades na educação para a mulher, várias pesquisas foram publicadas, entretanto ressaltamos a que foi feita por Antonia Garcia, sobre “Relações de gênero, raça e classe na cidade D’Oxum: o caso do subúrbio ferroviário de Salvador”, que traz uma grande contribuição para os estudos com recorte nessa temática. A autora afirma que:

No que se refere se refere à educação brasileira, sabe-se que ela é marcada pela exclusão de mulheres e negros, cujas consequências perversas estão refletidas nos abismos raciais e de gênero, em nossa sociedade, embora no caso das mulheres em geral, a conquista de melhoria no nível educacional tem sido detectada por várias pesquisas. É inquestionável que as lutas históricas do feminismo revolucionaram as sociedades em todo o planeta, todavia, a desigualdade entre homens e mulheres é persistente. (Garcia 2013: 94).

Ainda segundo Antonia Garcia, é necessário considerar os recortes de gênero, raça e classe nas pesquisas a fim de percebermos as desigualdades que ainda permanecem no país. Sobre esse aspecto, a autora refere que:

Considerando-se que a desigualdade baseada na raça é diferente da baseada no gênero, os resultados mostram diferenças intragênero. Ou seja, quando os eixos gênero/raça/classes se entrecruzam, dão lugar a uma discriminação agravada para mulheres negras. Neste caso, os mecanismos sexistas e racistas da sociedade atuam, concomitantemente, atingindo as mulheres negras, que ocupam as posições mais subalternas em nossa sociedade, inclusive na educação [...] (Garcia, 2013:94)

O grupo focal transcorreu de forma tranquila com a participação e interação de todas. Cada fala retrata muito o percurso que cada uma teve que passar para conquistar o acesso na universidade. Através do relato do grupo foi possível identificar que existe uma lacuna no que tange a política de permanência, bem como foi identificado que o preconceito por parte dos professores, colegas e funcionários ainda é grande como se observa na fala de quase todas as estudantes.

Todas relatam já ter sofrido algum tipo de discriminação racial. O racismo é um elemento que permeia as relações afetivas, na universidade e com familiares. No caso do Brasil, de acordo com as estudantes, trata-se de uma sutileza, “uma discriminação velada”, véu que encobre, dificultando, portanto, a distinção da forma em que se dá. Este tipo de racismo, o velado, certamente é muito difícil de ser tipificado e, portanto, combatido. A Lei 7.716/89, que diz que racismo no Brasil constitui-se em crime inafiançável e imprescritível, não consegue resolver as inúmeras formas de racismo cotidianamente encontradas (GUIMARÃES, 2004: 36).

Isso demonstra a luta diária que as estudantes cotistas enfrentam e, sobretudo as negras que não aceitam mais viver de acordo com padrões estabelecidos pela sociedade eurocêntrica. Destaca-se, desta forma as ideias de Munanga (2000) segundo o qual “para se construir uma sociedade com justiça social e equidade é necessário ter como ponto de partida uma identidade coletiva mobilizadora que possibilite romper com a ideologia dominante e, nesse sentido, com o olhar do outro sobre si mesmo”. No que tange à população negra brasileira, sua identidade sempre foi negada ao longo da história do Brasil, determinando obstáculos, e muitas vezes até escondendo a constituição de uma identidade autoafirmativa que possibilitasse a mobilização e organização desse segmento para reivindicar direitos relativos à superação da discriminação

racial. Segundo Bernd (1987: 38) a “[...] a busca pela identidade do negro é a busca de autodefinição”, pois encontra-se em meio a valores de um mundo branco, de um padrão eurocêntrico, que os aliena em relação às suas referências históricas. De acordo com Bourdieu:

A luta, nesse sentido, contra a dominação simbólica que impõe uma visão negativa sobre a identidade dos dominados, não intenta apenas conquista ou reconquista da identidade, mas o poder de definir sua própria identidade do qual havia abdicado em detrimento da visão dominante, no momento em que se negaram para serem reconhecidos. “O estigma produz a revolta contra o estigma, que começa pela reivindicação pública do estigma, constituído assim em emblema, [...]” (BOURDIEU, 2009: 125).

Desta forma, a identidade negra surge de um conflito entre a visão dominante eurocêntrica, que nega os referenciais negros, e a busca pela valorização desses referenciais. Ou seja, de um sentimento de perda, negação constrói-se uma imagem de si mesmo positiva e grandiosa da pessoa negra. É uma resposta política à situação de opressão na qual a população negra, descendente de africanos escravizados, enfrenta ao longo da história do país.

Sobre a questão da discriminação como mulher, uma estudante afirmou nunca ter sofrido qualquer tipo de discriminação ou violência, entretanto, as demais relataram com detalhes toda a violência que a mulher negra sofre na sociedade machista, patriarcal, sexista e racista como a que se vive em nosso país. De acordo com a descrição acima e segundo Saffioti:

A categoria gênero contribui para desnaturalizar e historizar as desigualdades entre homens e mulheres, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como “oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Ainda segundo a referida estudante percebe-se que a sociedade demarca o local que a mulher negra deve ocupar. As diferenças de gênero e raça demarcam a posição da mulher no mercado de trabalho, elas geralmente ocupam os postos mais precários, recebem salários mais baixos que os homens e do que mulheres brancas. Segundo Saffioti (2004):

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no ‘gênero’ é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (SAFFIOTI, 2004, p.115).

No que se refere às políticas públicas com recorte em raça/etnia a maioria delas demonstraram descrédito. Na fala das mesmas percebe-se que apesar de afirmarem os avanços nas leis que protegem e garantem direitos dos indivíduos historicamente excluídos, esses instrumentos são pouco eficientes e muitas vezes não chegam a atender as demandas para quais se destinam.

Percebe-se que há uma associação da política pública com ineficiência. As estudantes relatam que existem grandes lacunas entre o que está na lei e o que realmente ocorre. A maioria

delas também associou a política pública para a mulher à Lei Maria da Penha e a fragilidade da rede de atenção à mulher. No que tange a política pública com recorte em raça e etnia elas argumentaram que são falhas e que muitas pessoas que não tem direito de acessá-las acabam beneficiando-se, haja vista que segundo as mesmas não existe controle que garanta o direito apenas para aqueles que se destina a política, por isso elas não conseguem reduzir as desigualdades raciais.

Sobre o questionamento do que elas achavam das Ações Afirmativas de um modo geral, acreditam que são necessárias em virtude do contexto histórico do país. Para Scott (2005):

A ação afirmativa foi já em sua articulação inicial uma política paradoxal. Visando a acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção para a diferença, como também a abraçou. Visando a tornar a identidade de grupo irrelevante no tratamento com os indivíduos, ela reificou a identidade de grupo. Não havia outra escolha.(SCOTT, 2005:23).

Nossas entrevistadas afirmaram que essas políticas estão longe de alcançar o seu êxito. Acreditam que para além de um sistema de acesso se faz necessário pensar e implementar uma política de permanência. Percebe-se que existe uma grande dificuldade para as estudantes permanecerem no ensino superior até a conclusão do curso e isso não se restringe apenas àquelas que são oriundas de outros municípios distantes de Feira de Santana.

Os relatos indicam que as dificuldades são enfrentadas por todos aqueles que ingressam na UEFS mediante o sistema de cotas, visto que não conseguem prover a manutenção do curso, a saber, os gastos com xerox, alimentação, transportes, livros, acesso a internet entre outros, nem tê-la provido por sua família. Referem também que o restaurante universitário tem uma cota diária para as refeições, quando é atingida os estudantes precisam alimentar-se em outro local, o que torna impossível para aqueles que não podem pagar pelo almoço nas imediações da universidade.

Durante o grupo focal as estudantes relatam que muitos colegas também fazem questão de declarar que não entraram pelo sistema de cotas, segundo elas, porque não aceitam a política ou na tentativa de diminuir os que entraram através deste sistema. Outro aspecto levantado por elas é o fato das escolas públicas proporcionarem um ensino diferenciado a depender do local onde está inserido, muitas vezes uma escola no mesmo bairro ou município fica evidenciado essa questão.

Diante do exposto é possível analisar que levando em consideração as falas das estudantes acima mencionadas, é fundamental compreendermos a escola pública como uma importante instituição responsável pela sociabilidade dos seres humanos, formadora de opinião e padronização dos indivíduos. Nesses espaços é possível construir identidades, a formação de valores éticos e morais e o respeito às diferenças. Todavia, a escola na sociedade capitalista assume um caráter homogeneizador, prevalecendo um padrão estético e histórico vinculado à visão eurocêntrica, o que estamos chamando prevalência de uma única cultura em detrimento de outra, excluindo, por exemplo, a referência negro-africana da formação da sociedade brasileira. A garantia de acesso gratuito a todos os que querem entrar na escola não esconde contraditoriamente o seu papel de reprodução das ideias e valores da classe dominante.

Sobre o aspecto de já terem sofrido algum tipo de discriminação na universidade, apenas uma estudante alegou nunca ter sofrido qualquer tipo de discriminação, o que fora contra

argumentado pelo grupo que talvez fosse pelo fato desta ter “traços menos gritantes” e usar o “cabelo comportado”. A maioria declara ter sofrido discriminação por parte dos professores. Em diversos momentos durante o grupo focal pude perceber que as estudantes do curso de direito e do curso de ciências biológicas fizeram menção à palavra “bicho” referindo-se a imagem que as pessoas tinham delas.

Segundo Delcele Queiroz (2004:74) “A criança e o jovem negros são atingidos de maneiras diversas pelo caráter sutilmente racista do sistema de ensino brasileiro. O racismo se expressa, por exemplo, no acesso diferenciado dos segmentos raciais: estão entre os negros as maiores proporções de pessoas não alfabetizadas; a participação dos negros no sistema educacional vai diminuindo à medida que aumentam os anos de escolaridade. Uma outra face do racismo presente no sistema educacional brasileiro é o silêncio dos currículos escolares sobre a história e à cultura negras. As práticas escolares atingem, ainda, negativamente, a criança negra quando reforçam uma imagem estereotipada e inferiorizante do negro, com pesadas conseqüências para sua auto-estima e para a construção da sua identidade.

Todos esses fenômenos concorrem para afastar o estudante negro das oportunidades que podem advir de uma escolarização bem sucedida”. Através do discurso das estudantes é possível notar que o espaço da universidade é um local de conflitos que se faz necessário ao estudante cotista constantemente lutar para reafirmar o seu direito. Ainda prevalece o discurso por parte dos professores que o rendimento da universidade caiu em virtude da política de ações afirmativas, apesar de vários estudos comprovarem o contrário.⁵

Carvalho afirma que:

O debate das cotas politiza, portanto, o espaço acadêmico e exige um posicionamento claro de todos que dele participam. Já não é mais possível invocar o argumento da neutralidade científica ou do desconhecimento... Diante desse quadro de racismo tão evidente, ou somos coniventes com a sua reprodução, ou nos engajamos em alguma atividade dirigida a combatê-lo... Defender cotas não é ser contra uma democracia de raças, mas afirmar que, para alcançar essa democracia no futuro, é preciso iniciar imediatamente a inclusão dos excluídos. (CARVALHO, 2005, p. 9)

No que se refere ao questionamento sobre quais fatores influenciaram para a escolha do seu curso, a maioria relatou que o retorno financeiro foi primordial para a escolha, apenas a estudante de direito afirmou que a escolha da profissão foi pelo fato de sentir-se útil de para as pessoas. Todavia estudos comprovam que existe uma seletividade no acesso aos cursos de maior prestígio social, por exemplo, nos cursos de Medicina, Odontologia, Direito e Engenharia. As reflexões feitas pelas estudantes coadunam com os dados das universidades do país no que tange ao acesso nos cursos de maior prestígio social. De acordo com um estudo feito por Delcele Mascarenhas (2004:75), sobre o negro na universidade, aduz que:

[...] é sobretudo dos brancos o privilégio do acesso a carreiras superiores de prestígio. Aos negros estão reservados os cursos menos valorizados socialmente, como aqueles de formação de professores, por exemplo. Ainda nesses cursos eles são, em geral, minoritários. Desta forma, em que pese a

⁵ Ver estudos sobre a implantação do sistema de cotas na UFBA dos pesquisadores Delcele Mascarenhas e Jocélio Teles. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a05v2796.pdf>.

expressiva presença dos negros no conjunto da população baiana, eles não estão se beneficiando, na mesma medida que o contingente branco, do acesso à universidade(MASCARENHAS, 2004:75).

Ressalta-se ainda que, ao estudar sobre as questões de gênero é importante ressaltar que a divisão sexual do trabalho impõe que a mulher ocupe profissões e cargos relacionados ao cuidado, no âmbito da reprodução social, enquanto que para o homem são destinadas as profissões de produção de bens. Interpretações biológicas sobre fatores inerentes a “natureza” do homem e da mulher tentaram legitimar a divisão sexual do trabalho, atribuindo ao homem tarefas relacionadas ao raciocínio lógico, força física e habilidade no comando, enquanto a mulher os atributos estão ligados a paciência, atenção, destreza. A mulher idealizada para o cuidado da casa, da educação dos filhos, relacionados ao privado, enquanto que o homem é idealizado como provedor da família, levando-o a ocupar o espaço público. No que se refere à política de permanência da UEFS, as estudantes foram unânimes em relatar que são insuficientes para atender as necessidades dos cotistas. Referem que a política não consegue atender as necessidades dos estudantes, o número de vagas nas residências universitárias é reduzido, tanto na indígena quanto na tradicional, assim como o número de bolsas destinadas a alimentação. Relatam também sobre a questão das bolsas de pesquisa que segundo elas, acabam sendo preenchidas por não cotistas.

Nestes termos, constata-se que de acordo com a avaliação das estudantes que participaram da pesquisa em voga, a política de permanência da universidade precisa ser ampliada e necessariamente promover o acesso dos cotistas que necessitam diretamente da referida política para permanecer na universidade e conseqüentemente alcançar a conclusão do curso. Enfim, é importante pensar também em políticas de permanência para os estudantes que moram no município de Feira de Santana, haja vista que eles não podem contar com a bolsa de alimentação integral (caso não atenda os critérios de seleção), bem como não recebem nenhuma ajuda para o transporte.

As ações afirmativas nas universidades constitui-se um avanço para o acesso da população historicamente excluída e, sobretudo para a mulher que sofre constantemente o peso da estrutura desigual, machista e racista. Há, contudo, que se ressaltar também o fato dessas políticas terem provocado uma mudança nos espaços anteriormente ocupados pela elite branca.

3 Conclusão

A adoção de políticas de cotas nas universidades brasileiras, em particular na Universidade Estadual de Feira de Santana, e as questões que ela envolve, a exemplo de gênero, raça, identidades, etnia e políticas de permanência têm sido temas amplamente debatidos na sociedade e baseia-se no fato da polarização entre aqueles que são contra ou a favor das políticas adotadas, bem como da quase ausência de negras (os) nas universidades públicas, particularmente em cursos de maior prestígio social.

A pesquisa apresentada teve como objetivo analisar a política de ações afirmativas na UEFS. Destaca-se principalmente a importância da categoria gênero e raça na análise das ações afirmativas na educação superior, como uma política de Estado. Esta categoria permite perceber desigualdades entre homens e mulheres, de forma a não perpetuá-las. Ela deve ser aplicada em conjunto com as categorias de classe social, raça e etnia, de modo que é exequível falar de

experiências de mulheres negras no sistema de cotas e perceber o quanto precisamos avançar para conquistarmos espaços mais equânimes.

É possível identificar através das falas das estudantes que participaram da pesquisa que para além de uma política de ações afirmativas se faz necessário ampliar a política de permanência, bem como criar espaços dentro e fora da universidade para que se promova uma discussão sobre as questões de gênero e raça e conseqüentemente da necessidade da divulgação dessa política. Faz-se necessário também perceber que além da dificuldade de permanência no ensino superior, essas mulheres enfrentam em seu cotidiano um preconceito que está na raiz da formação do Brasil.

A universidade não é um *locus* isolado dos demais espaços da sociedade, o racismo está dentro e fora desta instituição, por isso a necessidade de se criar políticas públicas eficientes e eficazes que atendam essa demanda que é maioria, todavia, permanece excluída, verdade comprovada não só através dos relatos das estudantes no que tange a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, bem como por intermédio dos dados do Censo Demográfico de 2010, que aponta que mais da metade da população brasileira é negra (preta e parda), correspondendo a 50,7% da população. Negar que houve um grande avanço no que tange ao acesso dessa população, que tem direito as cotas, após a implementação da política de ações afirmativas seria negar toda luta do Movimento Feminista e do Movimento Negro no país.

Sabemos da importância da política principalmente para o acesso no ensino superior público no país que historicamente foi destinado para a elite brasileira. Contudo, existe uma ausência de informações nas universidades públicas sobre a condição racial de estudantes que frequentam seus cursos, o que tem provocado dificuldade para análise da situação dos segmentos raciais no ensino superior. Essa pesquisa, desta forma, busca contribuir para formulação de políticas públicas que corrijam as desigualdades no âmbito educacional na medida em que tenta desvelar a realidade da mulher negra no espaço da universidade.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 2ª ed. Tradução: Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a, v. 1.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3ª ed. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política nacional de saúde integral da população negra**. Brasília: Ministério da Saúde / SEPRIR, 2007. 58 p.

- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012.** Brasília:Presidência da República, 2012.
- CARDOSO, P. Claudia. Trajetórias de mulheres negras na diáspora. In: GARCIA, Antonia dos e GARCIA, Afrânio Raul, Jr.. **Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade no Brasil e na França.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.** São Paulo: Attar Editorial, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **A Batalha de Durban.** *Revista Estudos Feministas* [online], Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-26X2002000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Novembro. 2013.
- FRANCO, M. **Análise de conteúdo.** – Brasília: 3ª Edição: Liber livro editora, 2008.
- FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000. 93 p.
- GARCIA, Antonia dos e GARCIA, Afrânio Raul, Jr.. **Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade no Brasil e na França.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- GATT, B. **Grupo Focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** - Brasília: Liber livro Editora, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Preconceito e discriminação.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos.** Brasília, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em março de 2014.
- JODELET, D. **As representações sociais.** – Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001. 17-67.
- LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero.** In: HOLANDA, Heloisa Buarque (org). **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 209.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia.** Niterói: EDUFF, 2000.
- _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade versus identidade negra** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NASCIMENTO, Alexandre. **Ações Afirmativas e Democratização.** Texto disponível: http://blogs.cultura.gov.br/culturaepensamento/files/2010/02/const-comum_Alexandre-NASCIMENTO.pdf. Acesso em janeiro de 2014.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **O negro e a universidade brasileira.** HAOL, Núm. 3 (Inverno, 2004), 73-82.
- QUERINO, Ana Carolina. LIMA, Cleiton Euzébio de. MADSEN, Nina. **Gênero, Raça e Educação no Brasil Contemporâneo: desafios para a igualdade.** IN: BONETTI, Alinne;

ABREU, Maria Aparecida (Org.). Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. 129 a 147 p.

SAFFIOTI, H.I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Perseu Abram, 2004; (Coleção Brasil Urgente).

_____. e ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.

SANTOS, Hélio. Uma avaliação do combate as desigualdades raciais no Brasil. In Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo & Huntley, Lynn Walquer. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SARAIVA, Enrique. **Introdução a teoria da política pública**. In SARAIVA, E. e FERRAREZI, E. (orgs). Políticas Públicas. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SCOTT, Joan W. **O Enigma da Igualdade**. Estudos Feministas. Florianópolis, 2005.